



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1251/2024  
(à MPV 1251/2024)

Dê-se nova redação ao inciso XXIV do *caput* do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, como proposto pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 6º .....  
.....  
XXIV – o prêmio em dinheiro pago pelo Comitê Olímpico Brasileiro - COB ou pelo Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB ao atleta ou paratleta em razão da conquista de medalha em Jogos Olímpicos ou Paralímpicos.  
.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A exclusão da data específica "a partir de 24 de julho de 2024" tem como objetivo garantir que a isenção do imposto de renda sobre as premiações seja aplicada de maneira imediata e retroativa, reconhecendo e valorizando todas as conquistas dos atletas e paratletas brasileiros, independentemente de quando foram alcançadas.

Essa medida é fundamental para promover a equidade entre os atletas, garantindo que todos aqueles que já obtiveram medalhas em Jogos Olímpicos ou Paralímpicos possam usufruir do benefício fiscal. Ao remover a limitação temporal, corrigimos uma possível injustiça histórica e ampliamos o reconhecimento do esforço e da dedicação dos nossos esportistas.

Os atletas medalhistas têm um papel vital na projeção do Brasil no cenário internacional, e suas conquistas inspiram milhões de brasileiros,



promovendo valores como disciplina, perseverança, trabalho em equipe e superação. Ao garantir a isenção dos impostos sobre suas premiações de maneira retroativa e imediata, o Estado Brasileiro reforça seu compromisso com o incentivo ao esporte e o reconhecimento do mérito esportivo, independentemente do período em que as medalhas foram conquistadas.

Sala da comissão, 8 de agosto de 2024.

**Deputado Túlio Gadêlha**  
**(REDE - PE)**

